

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC



CORREIO
IMPRESSO ESPECIAL
nº68000007/2002
ECT/SC
ALESC

Florianópolis, 06 de dezembro de 2002

Ano 4 Nº 111

Assembléia faz limpeza de pauta

Cerca de 80 proposições foram apreciadas durante a semana pelos parlamentares.

Entre as matérias analisadas, foram aprovadas as que alteram o Plano Plurianual de Ações e Investimentos (PPA) de diversos órgãos do Estado, todas propostas pelo Executivo.

No pacote das votações estão incluídas as mensagens de veto e projetos de emenda à Constituição Estadual.

No dia 12 o Orçamento 2003 entra na pauta, conforme previsão do relator, deputado Julio Garcia (PFL). A peça orçamentária recebeu 1.206 emendas, sendo 609 parlamentares e 597 oriundas do Regionalizado.

Suplementação de verbas - Totalizando um aporte de recursos da ordem de R\$ 27,2 milhões para diversos órgãos da estrutura do Estado, foi aprovado Projeto de Lei nº 465/2002, de origem governamental, destinando verbas para:

- Gabinete do Governador : R\$ 1,57 milhão;
- Secretaria da Justiça e Cidadania: R\$ 150 mil;
- Tribunal de Justiça R\$ 8,5 milhões;
- Assembléia Legislativa: R\$ 8 milhões;
- Secretaria de Governo: R\$ 8,07 milhões;
- Fundação Catarinense de Cultura (FCC): R\$ 679,9 mil;
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Mercosul e Santur: R\$ 300 mil. (MMV).

Confira as principais proposições votadas nas páginas 5, 6 e 7.



(foto Carlos Klitzman)

Edital da BR-101 está garantido

O deputado Manoel Mota (PMDB) e os presidentes das Câmaras de Vereadores de Tubarão e Criciúma, Ronério Cardoso Manoel e Wanderlei Zilli, que integram a *Comissão Pró-duplicação do trecho sul da BR-101*, passaram por uma verdadeira odisséia esta semana em Brasília. Entre reuniões no Ministério dos Transportes e no Tribunal de Contas da União (TCU), tiveram que conversar muito para obter a vitória.

A obra recebeu parecer favorável do Ministério Público. O procurador-Geral, Lucas Rocha Furtado, afirmou não ha-

ver riscos no edital de liminar de concorrência uma vez que, em pelo menos 30 trechos da obra, 50 empresas haviam manifestado interesse em participar da licitação. Esta declaração, em conjunto com a pressão da Comissão, fez com que o ministro do TCU, Ubiratan Aguiar, acatasse os pedidos e mudasse a decisão do ministro Marcos Vilaça, permitindo a continuidade do processo de licitação. Algumas alterações foram propostas e serão enviadas com urgência para o DNIT. "Quando ouvimos que a medida cautelar do ministro Vilaça havia sido derrubada, mal podíamos acre-

ditar. Foi um misto de alegria e dever cumprido", afirmou Mota. A decisão também assegurou a contrapartida da União para a obra no Orçamento de 2003, lembrou o deputado. (TK)

Saúde debate Lei dos Transgênicos

Página 4

OPINIÃO

É preciso incentivar



Todo trabalho realizado pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina para incentivar o servidor público a se aperfeiçoar deve ser encarado como investimento. O setor público pode ganhar se a ele forem adaptadas algumas premissas da iniciativa privada, onde a valorização dos funcionários já é um objetivo assumido como prioridade. Não é por acaso que a denominação "Recursos Humanos" é hoje obsoleta e combatida por profissionais do setor. Fala-se agora em "Gerenciamento de Talentos". Isto porque, pessoas não são

recursos, como o são a tecnologia, os equipamentos a máquinas de trabalho. Estes são adquiridos através da compra, algumas vezes resultado de grandes investimentos, mas tornam-se desprovidos de valor sem um cérebro que os comande. Funcionários não são mão-de-obra, são mentes-de-obra.

Daí a importância de incentivar o despertar dos talentos potenciais de cada servidor. Gente motivada, envolvida e satisfeita é fonte de soluções. Como presidente da Escola do Legislativo, trabalhei pelo aperfeiçoamento de servidores, que acolheram e abraçaram a oportuni-

dade de crescer. Agora, depois de um ano de estudos, a nossa Escola do Legislativo apresenta sua primeira turma de formandos. São servidores de diversos setores da Casa que concluíram o Ensino Médio, anteriormente denominado de 2º grau. Acredito que a qualidade do aprendizado e a praticidade em participar do curso, proporcionados pela própria Assembléia Legislativa, atuaram como fatores incentivadores. As aulas foram ministradas aqui mesmo no local de trabalho e com professores altamente capacitados, que entraram no projeto a partir de um convênio da Assembléia com a Secretaria de Estado da Educação.

Participo com orgulho e satisfação desta conquista por parte de nossos servidores formandos. Esta significa por um lado a quebra do clichê de que o funcionário público é desmotivado e acomodado. Por outro lado, a ocasião confirma a importância da Escola do Legislativo, projeto implantado durante minha legislatura como presidente deste Poder e que em seu embrião, sofreu eventuais resistências. Este é um bom exemplo de que vivemos um momento de valorização das relações interpessoais no ambiente de trabalho. Tanto para o bem do servidor, quanto das próprias instituições.

Deputado Gilmar Knaesel (PPB)
knaesel@alesc.sc.gov.br

AL recebe família Imperial do Brasil

Descendente direto da família imperial do Brasil, Dom Pedro Carlos de Orleans e Bragança foi recebido dia 3 pelo presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL). O bisneto da Princesa Isabel e neto do Príncipe de Grão Pará está em Santa Catarina para participar das comemorações dos 120 anos de instalação da Colônia Imperial no atual município de Grão Pará, no Sul do estado. A data foi marcada também pelo lançamento de livro alusivo ao evento e a inauguração de um memorial na praça Anésio Faust, naquele município.

Em 1882, a Princesa Isabel recebeu como dote de seu casamento com o Conde D'Eu uma área de terras no sul de Santa

Catarina, que corresponde hoje aos municípios de Orleans, Gravatal, São Ludgero, Grão Pará e outros. O casal constituiu uma sociedade que recrutou imigrantes alemães, italianos, poloneses e portugueses para colonizar estas terras. Em 2 de dezembro de 1882, foi instalada a Colônia Imperial que veio receber o nome de Grão Pará em homenagem ao primogênito da Princesa.

Dom Pedro Carlos de Orleans e Bragança acompanhado do prefeito de Grão Pará, José Nei Alberton Ascari e do pesquisador da colonização do Sul catarinense, Jucely Lottin, visitou ainda o líder do PFL, deputado Julio Garcia, e almoçou com os demais parlamentares da bancada. (SD)

Desembargador Shaefer é homenageado

O desembargador João José Ramos Shaefer foi homenageado dia 2, através de uma sessão solene requerida pelo líder do PMDB, deputado João Henrique Blasi. O presidente Onofre Agostini (PFL) abriu a sessão, que contou também com as presenças do presidente em exercício do Tribunal de Justiça, Alberto Luiz da Costa, do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Wilson Wan-Dall, do deputado federal, Edison Andrino (PMDB), do ex-governador Ivo Silveira, do ex-presidente da OAB, Amauri Ferreira, além dos familiares do homenageado.

Blasi destacou em seu discurso a firmeza de caráter do homenageado, além de ter lem-

brado fatos profissionais e de amizade que unem os dois advogados. "Sua capacidade de trabalho, aliada a sua personalidade culta e acessível, faz de Shaefer um exemplo a ser seguido", comentou o parlamentar.

Após receber uma placa das mãos de sua esposa, Shaefer agradeceu da Tribuna pela homenagem. "Só tenho a agradecer a todos pelo que disseram sobre minha figura pessoal e trajetória profissional, principalmente aos meus familiares e a todos os colegas de trabalho que ao longo destes 40 anos dedicados ao Direito e à magistratura, ajudaram a formar meu caráter", comentou emocionado. (TK)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
Coordenador em exercício: Jonas Lemos Campos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - SC 00317-JP
Chefe de Redação: Marise Ortega
Redatores: Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Mirela Maria Vieira
Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Artes Gráficas Riosul

Sessão mostra drama Palestino

Rubens Vargas

O direito à terra e a ter uma pátria, assim como a ocupação militar de Israel, foram esmiuçados por dirigentes da Palestina, parlamentares e pelo representante do *Comitê Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino* na sessão solene do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, criado por resolução da ONU. A sessão foi realizada no dia 27 por indicação do deputado Afrânio Bopp (PT).

Uma exposição de fotos mostrou ao público cenas dramáticas do massacre imposto à população daquela região do Oriente Médio, que pede a implantação de uma força de paz da ONU para evitar o genocídio. Presentes à solenidade os deputados Rogério Mendonça (PMDB), Ideli Salvatti (PT) e João Henrique Blasi (PMDB).

Criado no dia 10 de abril deste ano na OAB, o comitê tem organizado manifestações em prol da causa palestina, pedindo o retorno de milhões de refugiados a sua terra e protestando contra resoluções da ONU, de 1947 e 1948, que dividiram a Palestina.

“Queremos denunciar a máquina assassina de Israel, financiada em 70% por verba dos EUA, que pretendem botar a mão no petróleo do Oriente Médio. Bush e Ariel Sharon são os verdadeiros terroristas e 30 mil americanos, inclusive celebridades da música e do cinema, têm se manifesta-



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Deputados prestigiaram solenidade

do contra a política de Bush”, frisou Sérgio Goulart, um dos idealizadores do movimento. Bopp disse que nenhum dos nossos conflitos abertos se compara a situação vivida pelo povo palestino há mais de 50 anos. O parlamentar espera que o governo Lula colabore com a causa se manifestando contra a guerra tecnológica imposta pelos EUA e Israel.

Ideli informou que a campanha pela doação de leite em pó, caderno e lápis às crianças palestinas vem tendo um bom retorno, enfatizando que as doações devem ser encaminhadas à CUT.

Já o embaixador da Palestina no Brasil, Musa Odeh, emocionou a platéia enumerando as atrocidades cometidas pelo Exér-

cito israelense. “Vivemos em uma grande prisão, somos o último país em ocupação no mundo. São 274 pontos de ocupação militar num território menor que Florianópolis, as crianças não podem ir às aulas e mulheres grávidas estão morrendo por falta de atendimento médico. O parlamento palestino não tem sessão há mais de um ano e mais de seis mil residências foram destruídas. A humilhação diária faz com que jovens percam a esperança e se transformem em homens-bomba, porque para eles a vida é igual à morte”. Ele protestou contra a recusa de Israel de aceitar as forças de paz da ONU na região e alegou que a paz só será possível com a retirada dos militares israelenses do solo palestino.

Mediação da Assembléia suspende notificações à exportadores de madeira

Depois de receber parecer elaborado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) e Sindicatos das Indústrias do setor madeireiro catarinense e ouvir os empresários, o secretário-adjunto da Fazenda, João Paulo Mosena, acatou a sugestão do presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), e mandou suspender a emissão de notificações fiscais a partir dessa quinta-feira, 5.

A polêmica teve início em novembro, quando as empresas que exportam madeira – em sua maioria de pequeno porte –, foram pegadas de surpresa com noti-

ficações nas aduanas limítrofes do estado que, em síntese, as excluem das isenções fiscais legais para exportadores, desde de 1996. A justificativa é a interpretação de leis, portarias e, principalmente, da obrigatoriedade de que as exportações sejam feitas através de tradings ou comerciais exportadoras, através das quais são efetivadas as exportações.

Mais de 20 empresários de todo o estado lotaram a sala da Presidência para a audiência organizada de última hora por Agostini, que contou com a presença ainda dos deputados Romildo Titon (PMDB) e Ivan Ranzolin (PPB). Os dois vão integrar a co-

missão formada durante a reunião, com representantes do setor madeireiro, da Fiesc e técnicos da Fazenda, para dentro de 15 dias emitir parecer final sobre a interpretação dada ao arcabouço legal.

Segundo explicou o advogado da Fiesc, José Gervásio Justino, a secretaria passou a desconsiderar os benefícios fiscais para a maioria das empresas, por entender que devem exportar através das chamadas tradings. “Querem quebrar a indústria catarinense. Imagine, as notificações estão sendo emitidas com multas, taxa Selic, juros, compreendendo os últimos cinco anos”, resumiu. (MMV)

COMISSÕES

CPE dos Suínos apresenta relatório final no dia 10

O presidente da Comissão Parlamentar Externa (CPE) dos Suínos, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), anunciou que o relatório final será apresentado na próxima terça-feira, 10. Nessa semana a CPE ouviu representantes da Associação Catarinense dos Supermercadistas (Acats), Instituto de Planejamento Agrícola de Santa Catarina, Federação dos Agricultores do Estado, Banco do Brasil e Companhia Nacional de Abastecimento. O encontro discutiu preço da carne praticada pelos supermercados catarinenses e o abastecimento de milho em Santa Catarina.

Um dos temas polêmicos foi o alto custo de produção para os suinocultores. Para cada quilo produzido os gastos somam cerca de R\$ 1,84, enquanto que o valor recebido é em média de R\$ 1,40. O presidente e o relator da CPE, deputados Moacir Sopelsa (PMDB) e Odacir Zonta (PPB) respectivamente, questionaram a margem de lucro obtida pelos supermercados na venda dos produtos industrializados feitos com carne de porco. Em alguns casos o lucro chega a 380%. Não houve uma explicação plausível para esse questionamento. A Acats disse apenas que pretende continuar a desenvolver campanhas de incentivo ao consumo de carne suína.

Sobre a produção de milho, o repre-



Deputados Zonta, Sopelsa e Sorgatto

sentante do Instituto CEPA, Jurandir Machado, disse que a safra deve crescer em todo o país no próximo ano, com previsão de colheita de 400 mil toneladas a mais do que em 2002. Aqui no estado deverão ser plantados 860 mil hectares, que deverão produzir 4 milhões de toneladas. Segundo informações da Conab, o problema da falta do produto para o abastecimento dos plantéis será amenizado nos próximos dias, quando serão disponibilizadas 25 mil toneladas das 216 mil sacas que virão para o estado. O pre-

ço ainda não está definido, mas os deputados da CPE querem que seja acessível ao produtor. Hoje a saca está custando em média R\$ 23,00 e cada produtor poderá adquirir até 5 mil quilos.

A boa notícia do encontro foi em relação aos financiamentos do Banco do Brasil. A Superintendência Regional anunciou que tem disponível até março do ano que vem, um total de R\$ 7 milhões. Até o momento foram 250 contratos para retenção de matrizes suínas que somam R\$ 5 milhões. (RMPP e TK)

Comissão de Saúde debate Lei dos Transgênicos

Órgãos e entidades governamentais e não governamentais de Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, discutiram a Lei Estadual nº 12.128, de 15 de janeiro de 2002, em audiência pública promovida pela Comissão de Saúde no dia 5. Conhecida como lei dos transgênicos, dispõe sobre o cultivo, a pesquisa, a indústria e o comércio de organismos geneticamente modificados e criou o Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança (CTC Bio). O cultivo dos transgênicos para fins comerciais destinados à alimentação humana e animal está proibido por cinco anos em

Santa Catarina.

Transgênicos são produtos criados em laboratório, a partir da introdução de genes de seres vivos (vegetais ou animais) em outros que jamais cruzariam naturalmente. Segundo Flávia Londres, do Rio de Janeiro, que integra a Campanha Nacional por um Brasil Livre de

O cultivo dos transgênicos para fins comerciais destinados à alimentação humana e animal está proibido por cinco anos em Santa Catarina.

Transgênicos, as grandes indústrias multinacionais gastam 300 milhões de dólares em pesquisas para produzir uma variedade de planta transgênica. “A promessa de aumento da produtividade e de redução do uso de herbicidas não é verdadeira. Pesquisas mostram que o uso de agrotóxicos nas lavouras é de 11% a 30%

maior em relação às plantas convencionais”, alertou.

O professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Rubens Nodari, disse que o Brasil está na mais “absoluta cegueira” sobre os efeitos das lavouras transgênicas sobre as convencionais, pois não existem pesquisas. Quanto à fiscalização da entrada de transgênicos, no Paraná há exigência de certificado de não existência do produto para o transporte de grãos. Aqui, as principais ações são do Ministério Público que tem apurado denúncias de lavouras e providenciado sua destruição. O deputado Volvei Morastoni (PT), presidente da Comissão de Saúde, concluiu que a Lei e sua regulamentação devem ser revistas na próxima legislatura. (RMPP)

PLENÁRIO

Discriminação será punida

Empresas, pessoas ou órgãos públicos que submeterem o cidadão ou cidadã homossexual, bissexual ou transgênero, a qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica, poderão ser punidos. Proposta da deputada Ideli Salvatti (PT), impondo penalidades à discriminação por orientação sexual só aguarda sanção governamental para começar a valer.

As denúncias, passíveis de punição, deverão ser feitas à secretaria da Justiça e Cidadania. A prática de atos discriminatórios será apurada mediante processo administrativo a ser instalado a partir da reclamação do ofendido, ato ou ofício de autoridade competente, ou comunicado de organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.



ideli@alesc.sc.gov.br

Bolsa Escola - Fica instituído o Programa Bolsa Familiar para Educação em projeto aprovado, também da deputada Ideli. "A idéia é simples, se há crianças que não vão à escola porque têm que trabalhar ou porque suas famílias, prisioneiras da pobreza, não dão importância à educação, a sociedade pode atraí-las às escolas pagando-lhes um salário", explicou a parlamentar. A medida é um compromisso ético com os excluídos, exemplo de que uma revolução feita por pequenas coisas e soluções simples, comento. (CW/TK)

Funcionamento de Escolas indígenas

Aprovado projeto de lei governamental que dispõe sobre a estrutura e funcionamento de escolas indígenas em Santa Catarina. Fica instituído no âmbito da educação básica a estrutura e o funcionamento dessas escolas, com normas e ordenamento jurídico próprios, diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, visando a valorização plena das culturas dos povos indígenas.

As referidas escolas terão prerrogativas como, organização das atividades escolares com calendário próprio, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas; duração diversificada dos períodos escolares, ajustados às condições e às especificações próprias de cada comunidade. A formação de professores será específica, orientada pela diretrizes curriculares nacionais e desenvolvida no âmbito das instituições formadoras de professores. A atividade docente será exercida prioritariamente por professores indígenas, oriundos da comunidade com a respectiva etnia.

Salva-vidas - Aprovada lei permitindo que o Executivo promova a prestação de serviço voluntário e contrate salva-vidas civis, ambas as situações em caráter temporário, para execução da atividade de salvamento marítimo no litoral catarinense, em conformidade com o disposto na Lei federal n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 para o voluntário, e pelas leis trabalhistas (CLT) no caso dos contratados.

Os salva-vidas civis voluntários e contratados, conforme determina a nova lei de origem governamental, serão sempre supervisionados por bombeiros militares aos quais estarão disciplinarmente subordinados.

Capital dos Tesouros Naturais

O município de Urubici passa a ser reconhecido como a *Capital Catarinense dos Tesouros Naturais*, em projeto aprovado do deputado Ivan Ranzolin (PPB). O autor explica que "trata-se de uma forma de incentivar a expansão do turismo local a partir do aproveitamento do potencial natural, como canions, rios e montanhas, que integrado à cultura local, à rica gastronomia e à hospitalidade da gente serrana, privilegiam os visitantes com momentos de lazer e descansos únicos". (CW)

Vigilância sanitária animal - também governamental, aprovado projeto criando a *Taxa de Vigilância Sanitária Animal* para suprir o Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa).

Segundo o governador Esperidião Amin, o Fundesa necessita estar preparado financeiramente para indenizar os produtores, não apenas com recursos do Tesouro, mas também com a participação do próprio produtor (seguro animal), na eventualidade da ocorrência de doenças emergenciais, principalmente a febre aftosa.

ICMS - a Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, sobre o ICMS, foi alterada em matéria do Executivo, adequando a legislação tributária estadual às disposições introduzidas na Constituição Federal por emenda datada de 11 de dezembro de 2001. A nova redação permite aos estados e ao Distrito Federal cobrar o ICMS na entrada do bem ou mercadoria importada do exterior, ainda que promovida por não contribuinte do imposto. (CW/MMV/TK/RV)

Selo de Qualidade

Do deputado Sandro Tarzan (PPB) foi aprovado projeto instituindo o *Selo de Qualidade Catarinense de Turismo* como instrumento classificador dos padrões de serviços turísticos de Santa Catarina.

Conforme o autor do projeto, a instituição de um sistema de classificação de serviços turísticos em Santa Catarina é uma medida que se impõe diante da necessidade de se apresentar ao usuário uma crítica sistêmica que lhe permita desfrutar do produto sem ter que passar pela desagradável experiência de se hospedar em ambientes que não tenham a qualidade pretendida. (TK)

Prodec

A inclusão de empresas estatais públicas e sociedades de economia mista nos benefícios do Prodec - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, foi aprovada em matéria do deputado Afrânio Boppré (PT). A proposta do Prodec é desenvolver o setor industrial catarinense viabilizando a concessão de incentivos fiscais em condições especiais de pagamento. A versão atual, entretanto, beneficia apenas as empresas privadas. (RZ)

PLENÁRIO

Obras prioritárias estão paralisadas

Durante pronunciamento na Assembleia, o deputado Afrânio Bopp (PT), fez um alerta sobre três obras prioritárias no setor de transportes em Santa Catarina, todas paralisadas por suspeita de superfaturamento. O parlamentar abordou, em primeiro lugar, a polêmica envolvendo a duplicação da BR-101, que acabou sendo resolvida com emissão de parecer favorável pelo Tribunal



afranio@alesc.sc.gov.br

de Contas da União (TCU), mas com restrições encaminhadas ao DNIT, no dia 4. O parlamentar lembrou que as obras estão relacionadas no programa federal *Avança Brasil*.

Outro contrato que prevê a duplicação e restauração da pista existente, restauração de pon-

tes, construção de túneis, viadutos e passarelas no mesmo trecho da 101, para completar a ligação ao corredor Mercosul, também foi suspenso pelo TCU por suspeita de irregularidades no edital. Outro exemplo é a construção e pavimentação da BR 282 nos trechos entre Palhoça e Vargem, e entre São Miguel do Oeste e fronteira com a Argentina.

As obras estão paralisadas em todo o trecho porque os contratos estão sendo fiscalizados pelos Tribunais de Contas de Santa Catarina e da União. "No apagar das luzes dos governos FHC e Amin, o relatório é uma constatação da malversação do erário", avalia Bopp. (RZ)

Infrações de trânsito

De autoria do deputado Ronaldo Benedit (PMDB), aprovada lei que transforma em advertência por escrito as infrações de natureza leve ou média atribuídas a proprietário de veículo automotor não reincidente na infração nos últimos 12 meses, independentemente de recurso interpostos.

De acordo com a matéria, o Detran/SC e o DER/SC deverão notificar a substituição da multa pela advertência ao proprietário do veículo, por via postal ou eletrônica, até 30 dias a contar da data da infração. Por sua vez, o infrator quando receber a notificação terá o mesmo prazo para protocolar a recusa do recebimento da multa, alegando a condição de primário, nas respectivas Juntas Administrativas de Recursos e Infrações (Jari). (CW)

Médico geriatra

O Poder Executivo poderá contratar médicos geriatras para prestarem atendimentos em todos os postos de saúde do Estado. Neste sentido foi aprovado projeto do deputado João Macagnan (PFL). O objetivo é possibilitar a prestação de serviços de assistência médica e ambulatorial na área geriátrica, visando a promoção da saúde, tratamento e reabilitação da população idosa. A secretaria da Saúde disciplinará a adoção da medida e fica autorizada a celebrar convênios com as secretarias municipais de saúde, organizações sociais e entidades filantrópicas para garantir o cumprimento desta lei. (CW)

Poder Judiciário

Oriundo do Tribunal de Justiça, aprovada projeto de lei complementar que fixa em R\$ 5.400,00 o valor de vencimento dos cargos de Advogados de Ofício - do Juizado da Infância e da Juventude da Capital e da Justiça Militar, integrantes da estrutura funcional do Poder Judiciário do Estado.

O Tribunal garante que o projeto não extrapola os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não havendo portanto aumento de despesa com pessoal. (CW)

Deputados apreciam pacote de vetos

Dos seis vetos totais apreciados em plenário nessa semana, quatro foram rejeitados e os outros dois mantidos.

As matérias com veto derrubado são as seguintes:

- Ao projeto do deputado Rogério Mendonça (PMDB) que dispõe sobre a *Campanha Estadual Permanente de Combate à Violência nas Instituições de Ensino*. O projeto estabelece que caberão aos órgãos do Poder Executivo os subsídios técnicos e a estrutura logística para a execução da campanha.

- Ao projeto de autoria do deputado Gerson Sorgato (PMDB) que autoriza o Poder Executivo a instituir o *Projeto de Extensão Empresarial do Estado de Santa Catarina* (FEESC) com o objetivo de introduzir inovações técnicas, tecnológicas e de gestão nas micros, pequenas e médias empresas das diferentes regiões e setores econômicos do Estado de Santa Catarina.

- Ao projeto do deputado João Macagnan (PFL), que dispõe sobre o tempo de espera para atendimento de consumidores em estabelecimentos públicos e privados. De acordo com a matéria, o prazo de espera para o atendimento será de 15

minutos nos dias úteis normais e de no máximo 30 minutos, em dias que antecedem a feriados prolongados e nos imediatamente seguinte a eles.

- Ao projeto do deputado Rogério Mendonça (PMDB), que determina que o Estado de Santa Catarina promoverá a execução de projeto de incentivo à pecuária de leite, sem prejuízo de outras atividades, com objetivo de aumentar a produção e garantir a oferta estável de leite e derivados, além de assegurar a qualidade do produto oferecido ao consumidor.

Veto mantidos:

- Ao projeto de origem governamental, que criava o *Programa Catarinense de Indústria para Desenvolvimento Sustentável por meio da Ciência, Tecnologia e Inovação*. O veto foi imposto ao substitutivo global o que alterou sua proposta original, segundo a justificativa do Governo.

- Ao projeto do deputado Onofre Agostini (PFL) que altera tabela da Lei nº 7.541/88, que dispõe sobre taxas estaduais. A alteração era na tabela que trata dos atos da Secretaria de Segurança Pública e previa selo de segurança e de identidade, pago de uma só vez, durante o tempo de vida útil do veículo. (AI)

PLENÁRIO

Novas Emendas Constitucionais

Dois emendas à Constituição irão para sanção do Executivo. A primeira, de autoria do deputado Julio Garcia (PFL), adapta o texto da Constituição Estadual à Constituição Federal, referente ao instituto da reeleição. O texto atual do artigo 69 da Constituição do Estado (CE) determina que o mandato de governador seja de quatro anos, vedada a reeleição para o período subsequente. A emenda, além de permitir a reeleição do governador para um único período subsequente, inclui também a reeleição de prefeitos na mesma regra.

A segunda emenda, de origem governamental, altera o artigo 120 da CE, que trata dos orçamentos anuais do governo do Estado. De acordo com a proposta, o orçamento anual será submetido à consideração da sociedade catarinense

através do governo itinerante, que se instalará todos os anos em diferentes cidades de todas as macrorregiões do Estado. Nessas oportunidades as propostas orçamentárias serão apreciadas através de reuniões e audiências públicas; consultas à autoridades municipais e a parlamentares, além de reuniões com segmentos sociais específicos.

Outra emenda, de autoria do deputado Afrânio Boppré (PT), teve sua admissibilidade aprovada em plenário e prevê o reassentamento ou indenização dos pequenos agricultores assentados em áreas indígenas colonizadas irregularmente pelo Poder Público. A proposta acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 148 da Constituição Estadual. A proposição será apreciada agora pela Comissão de Justiça e posteriormente volta ao plenário. (MO/SD)

Passage livre para deficientes

O deputado Julio Garcia (PFL) fez indicação ao governador sugerindo a instituição do passe livre para pessoas deficientes, comprovadamente carentes, no transporte coletivo intermunicipal. O benefício, justifica o parlamentar, representa para os portadores de necessidades especiais de baixa renda uma maior interação social, pois oportuniza maiores facilidade de acesso ao trabalho, tratamento médico, qualificação profissional e lazer.

Segundo ele, o governo federal, no âmbito de sua competência, já adota o passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme determina a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000. (CW)

Meia entrada

Os estabelecimentos de entretenimento e aperfeiçoamento cultural de Santa Catarina deverão cobrar dos professores, das redes pública e privada de ensino, apenas 50% do valor do ingresso em casas de diversões e praças desportivas. A proposta do deputado Afrânio Boppré (PT), passou pelo crivo do plenário e agora depende apenas do Executivo. Estão incluídos espetáculos de dança, teatro, cinema, exposições, museus e shows.

Jovens e estudantes - Em projeto do deputado Jaime Duarte (PPS), fica assegurado também aos menores de 18 anos e aos estudantes independentemente da idade e de todos os níveis, regularmente matriculados, o abatimento de 50% no preço das entradas para todos os eventos acima mencionados. (CW)

Centro de estudos

Pedido de informação de autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB) à secretária da Educação solicita esclarecimentos sobre o Programa de Estudos de Jovens e Adultos (Ceja). Quer saber sobre organização de turmas nos municípios; critérios para a seleção de alunos e escolha de instrutores e monitores de turmas; em quais municípios a secretaria da Educação implementou o programa e quantas turmas já foram formadas em cada escola. (CW)

Exportação de banana enfrenta dificuldades

Adoção de medidas de apoio ao desenvolvimento do comércio internacional com países vizinhos, no que diz respeito à exportação de banana, está sendo solicitado pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao ministro da Agricultura e aos integrantes da bancada catarinense no Congresso Nacional. Justifica que a comercialização do produto, que representa importante segmento do agronegócio de Santa Catarina, está passando por grandes dificuldades, motivadas pela atual estrutura do Ministério da Agricultura em atividade na região Oeste. "A situação considerada crítica obrigou a criação do Fórum de Desenvolvimento do Comércio Exterior, no município de Dionísio Cerqueira, composto por líderes políticos e empresários que usam o porto seco para desenvolverem as suas atividades comerciais", afirma.

Mendonça explica que existem vários registros das dificuldades que vem sendo criadas pelo funcionário do Ministério da Agricultura que atua na região, como a não liberação de cargas de banana, sob a alegação de existência de doenças típicas da espécie, em discordância com certificados de origem firmados por engenheiro agrônomo e pela Secretaria Estadual da Agricultura, que não identificam agentes de contaminação naquela cultura. "Cerca de 80% da banana



rogerio@alesc.sc.gov.br

produzida em Santa Catarina é exportada para a Argentina, via porto seco de Dionísio Cerqueira, se constituindo em importante fonte de divisas para a economia estadual. Por isso é necessário que se tomem medidas no sentido de viabilizar melhores condições de trabalho para os que exercem essa atividade exportadora, pois somente no período de três dias, 15 caminhões do produto destinado à exportação foram condenados pelo mesmo funcionário do Ministério da Agricultura, importando em cerca de 350 toneladas, totalizando prejuízos da ordem de 40 a 45 mil dólares", disse o deputado. (CW)

GERAL

STF confirma suspensão da venda do Besc

A mobilização comandada pela Assembleia Legislativa, através de requerimentos da deputada Ideli Salvatti (PT), pelo governador Esperidião Amin e pelo governador eleito Luiz Henrique da Silveira surtiu efeito no último dia 5, à tarde. Por unanimidade os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitaram o recurso da União e do Banco Central (BC) à decisão liminar que cancelou a venda do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) há um mês, atendendo à ação ajuizada pelo governo do Estado.

O leilão de privatização do Besc estava marcado para 16 de dezembro. No dia 4 de novembro o Executivo catarinense entrou com ação cautelar no Su-

premo e, três dias após, a ministra Ellen Gracie concordou que o preço mínimo estipulado para a venda, em torno de R\$ 572 milhões, iria causar prejuízos ao

Mobilização de forças políticas é vitoriosa com a suspensão do leilão de privatização do Banco do Estado de Santa Catarina

erário público por não incluir a conta única do Estado na movimentação financeira de Santa Catarina, causando uma perda de R\$ 300 milhões aos cofres do Tesouro. Para o procurador-Geral do Estado, Walter Zigelli, o BC atropelou os entendimentos sobre a conta única para levar o Besc a leilão. Ele informou que a ação principal pedindo a suspensão da venda do banco será apresentada ao STF no início da próxima semana, porém a análise da questão fica para fevereiro de 2003. (RV)

Em Pauta na TVAL

Na próxima segunda-feira, (9), estará no ar o terceiro programa *Em Pauta*, com o objetivo de discutir com convidados as leis que tramitam ou são aprovadas na Assembleia Legislativa ou ainda, leis em vigor e não cumpridas. Tema este abordado nessa semana.

O próximo assunto será o nível da educação escolar no Estado. O programa, com duração de uma hora, comandado pela jornalista Maria Ivonete Lessa, é veiculado durante a programação da TVAL no transcorrer de toda a semana.

Novo Jornal integra sociedade e parlamento

A Divisão de Imprensa lança Ano próximo dia 11, às 18h30, no hall da Alesc, o novo jornal da Assembleia. Em formato tabloíde, oito páginas, cores na capa, contra-capas e páginas centrais e, principalmente, elaborado a partir de um conceito de jornalismo institucional mais afinado com as exigências de uma sociedade democrática, o *AL Notícias* se propõe, em essência, a ser mais um instrumento de integração entre sociedade e parlamento.

Com um projeto gráfico que o torna

AL notícias

“leve”, ao mesmo tempo em que cria espaços para a comunidade e para os representantes catarinenses no Congresso Nacional, o novo veículo de comunicação impresso do Legislativo resulta do compro-

misso da Divisão com eleitores e eleitos. “É nosso dever aproximar os legisladores de seus representados e isso significa estarmos comprometidos com a oferta de um produto cada vez melhor, para um público que também será ampliado”, sintetiza o diretor da Divisão de Imprensa, Samir Machado. Colocando a equipe de reportagem em contato direto com as comunidades, dando-lhes mais voz no parlamento, repercutindo ações dos parlamentares, buscando opiniões e sugestões dos diversos segmentos da sociedade organizada, o *AL Notícias* vem imprimir nova dinâmica na política de comunicação do Poder Legislativo, desencadeada há três anos com a criação da TV Assembleia. “Ele é parte de um projeto que integra os três veículos de comunicação do Poder. O próximo passo é a operação da Rádio em emissora própria”, anuncia Machado. (MMV)

Agenda

Dia 9, às 9 horas – Audiência pública sobre Plano Estadual de Educação
Local: Plenário

Dia 9, às 9 horas – Audiência pública para apresentação dos relatórios trimestrais do SUS
Local: Plenarinho

Dia 9, às 19 horas – Sessão solene para entrega de concessão de honraria para Luiz Arante Monteiro, Ernani Pereira e Danilo de Souza
Local: Plenário

Dia 9, às 19 horas – Abertura da exposição de artesanato em arraiolo de Rosângela Catarina Ruas Ragganin
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 10, às 20 horas – Lançamento do livro *Gestão do Ser* de Maria Teresinha Dhebatin
Local: Hall da Alesc